

REVISTA MARACANAN

Apresentação

Teoria da história, ensino de história e universidade: diálogos e perspectivas

History theory, history teaching and university: dialogues and perspectives

Daniel Pinha Silva*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Marcelo de Mello Rangel**

Universidade Federal de Ouro Preto
Mariana, Minas Gerais, Brasil



* Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História; e do ProfHistória/UERJ, Faculdade de Formação de Professores. Doutor e Mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; graduado em História pela UERJ. Atualmente Coordena a Comunidade de Estudos de Teoria da História - COMUM. Bolsista do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ e do Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística PROCENCIA, UERJ/FAPERJ. (daniel.pinha@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-6460-5610>

 <http://lattes.cnpq.br/8740068953346337>

** Professor Adjunto da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História. Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Doutor e Mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; graduado em Filosofia pela UFRJ e em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenador do “Grupo de Pesquisa em História, Ética e Política” (GHEP/UFOP) e do Grupo de Trabalho “Alteridade e Desconstrução” da Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia - ANPOF. Bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. (mmellorangel@yahoo.com.br)

 <https://orcid.org/0000-0002-5822-4969>

 <http://lattes.cnpq.br/2419520606896435>

Nos últimos anos temos observado um movimento de aproximação entre reflexões acadêmicas de natureza teórica sobre a história e o campo de pesquisa do ensino de história.

Carmem Teresa Gabriel (2012) já realizava esse diagnóstico há dez anos, chamando a atenção para a emergência de pesquisas sobre o ensino de história que partiam das especificidades epistemológicas do conhecimento histórico, considerando o valor heurístico da noção de “história ensinada”. Tal relação não significaria, segundo ela, a redução das singularidades que envolvem a experiência e o cotidiano profissional dos docentes de história da educação básica. Recusando a hipótese do descompasso entre o conhecimento produzido na universidade e na escola, como se o segundo estivesse subordinado ao primeiro, a autora reconhece as contingências implicadas no processo de recontextualização didática da história, ao mesmo tempo em que ressalta a importância dos protocolos historiográficos para o exercício da história ensinada. Em outras palavras, há de se ressaltar as especificidades da produção e da circulação do conhecimento histórico em cada uma das modalidades, escolar e acadêmica, tendo em conta as diferenças entre essas “esferas de problematização” (*Ibidem*, p. 188); mas há um elo, um terreno comum entre essas esferas. A busca por essa interface mobiliza as reflexões reunidas neste Dossiê.

Em coletânea publicada recentemente, Marcia de Almeida Gonçalves (2020) retoma essa questão, buscando, na esteira do que sugere o título do livro – *Teorizar, aprender e ensinar história* – teorizar sobre o conhecimento histórico tendo em vista as particularidades do ensino-aprendizagem de história na escola e na universidade, valorizando práticas e o tempo presente. Interessa à autora evidenciar a historicidade que constitui as configurações da teoria da história, seus conceitos e abordagens, em consonância com a história da história, a história da historiografia e com as diversas culturas históricas que enformam a historiografia e o ensino de história em suas ambiências sociais e políticas (*Ibidem*, p. 9). Desse modo, temos um caminho de interlocução entre teoria e ensino de história importante, ressaltando um lugar para as reflexões teóricas da história na dinâmica do processo de ensino e aprendizagem, forjadas não apenas no ambiente da escola, mas também na universidade.

O presente dossiê incorpora um caminho de problematização entre ensino e teoria da história – exemplificado aqui com base em trabalhos de Carmem Gabriel e Marcia Gonçalves – que considera a potência intelectual da aula de história lida à luz de problemas teóricos. De diversas maneiras, o ensino de história tem sido objeto de investigações teóricas da história, ampliando, por exemplo, as possibilidades para que professores reivindicuem a dimensão autoral de suas aulas – daquilo que Ilmar R. de Mattos (2006) chamou de autoria das aulas como texto – a partir do encontro entre cultura escolar, saberes docentes e as vozes dos educandos. Dessa maneira, a prática docente, a aprendizagem histórica, a mobilização da história pública em sala de aula, o livro didático como objeto de investigação da história da historiografia, os currículos e as políticas públicas se põe à disposição das ferramentas analíticas

da teoria da história e da historiografia acadêmica. Tal movimento decorre, sem dúvidas, de uma ampliação do escopo de discussões no âmbito da teoria, à possibilidade de que a atuação de professores da educação básica – e do debate sobre educação e divulgação históricas como um todo – afete e transforme os modos de pesquisar e pensar a/sobre a história. Entendemos que as reflexões acadêmicas de natureza teórica sobre a história – tais como o estatuto epistemológico da história, temporalidade, memória, justiça, narrativa, consciência histórica, cultura histórica, dentre outros – podem ser pensadas, também, à luz do conhecimento histórico produzido a partir do espaço escolar, no âmbito do ensino de história. O campo de pesquisa do ensino de história é compreendido aqui em perspectiva alargada, isto é, tanto em relação às práticas de ensino-aprendizagem empreendidas por professores na educação básica e na universidade, quanto em relação a um debate crítico mais amplo sobre o ensino da história, envolvendo a análise de políticas públicas – como parâmetros curriculares e livros didáticos – e os diversos espaços de difusão e circulação da história.

A busca por essa interlocução entre teoria e ensino de história se insere, ao que nos parece, às circunstâncias do giro ético-político, nos termos de Marcelo Rangel e Valdeir Araújo (2015). Os autores identificam, no âmbito dos debates sobre teoria da história e história da historiografia, um giro epistemológico e ético político que indaga a estabilidade das formas da concepção moderna de história, ampliando e pluralizando objetos de análise e investigações para além das funções tradicionais que envolvem a tarefa do historiador, as escolas históricas e os métodos de pesquisa. Um gesto que abre diversas possibilidades para a reflexão sobre o ensino. Nesse sentido, Valdeir Lopes de Araújo (2017) sugere que a pesquisa e o ensino de história inscritos no tempo presente – um tempo de crise da democracia e da autoridade científica do especialista em história – alargue as perspectivas em relação às funções da historiografia, tendo em vista a ampliação dos públicos da história: para além de uma tarefa organizada em torno de um centro irradiador de conhecimento, contando com a representação privilegiada de historiadores, a história poderia se tornar um espaço de acolhimento, ampliação e crítica das mais diversas representações históricas (*Ibidem*, p. 192).

Assim como hoje o ensino de história não pode ser resumido à ideia de transposição de um saber disciplinar para o espaço escolar, também a relação com demandas e produção social de histórias não será atendida apenas pelas práticas de divulgação científica, embora elas sejam fundamentais, mas deve partir do reconhecimento dos diversos sujeitos e suas produções locais e epistemologias, surgindo daí mais a imagem de uma circulação do que a de uma difusão para auditórios cada mais amplos (*Ibidem*, p. 209).

Quando Arthur Ávila, Fernando Nicolazzi e Rodrigo Turin (2019) evidenciam os contornos de uma história indisciplinada, mostrando as imbricações entre historiografia e política, eles também admitem esse espaço de abertura e desestabilização da forma moderna da história. Destacando o processo histórico de disciplinarização da história enquanto movimento de politização de um saber, promovem uma crítica/autocrítica "indisciplinada" inscrita no presente,

fornecendo instrumentos de problematização da história nos mais diversos espaços – mais ou menos limitados pela comunidade de historiadores especialistas.

Cabe ressaltar, ainda, que estamos falando de um contexto marcado por profundas transformações ocorridas no interior da universidade brasileira, decorrentes não apenas de um crescimento do público universitário, mas de uma diversificação no que diz respeito às cores e vozes que compõem a vida universitária. A adoção da lei de cotas sociais e raciais nas universidades públicas brasileiras é o indicador mais evidente dessa transformação. Embora gradativa, uma das mudanças notórias é o perfil socioeconômico e racial do corpo discente das universidades públicas, garantindo maior pluralidade, resultante do impacto positivo de políticas públicas de acesso e permanência ao ensino superior de grupos historicamente vulnerabilizados por meio das cotas. A universidade caminha gradativamente na direção de um aprofundamento da democratização, atendendo a demandas sociais por inclusão, pluralidade, diálogo entre outros saberes e o enfrentamento de assimetrias sociais estruturantes da formação social brasileira – como aquelas que demarcam diferenças de gênero, raça e classe. Há grande potencial para que a universidade, como um todo, e as humanidades em particular, se apresentem como espaço de reflexão, pesquisa e acolhimento da diferença e desnaturalização da desigualdade.

Como desdobramento, identificamos em nossas aulas e cursos de graduação grande interesse por parte de estudantes em situar historicamente e aprofundar pesquisas que levem em conta discursos de matriz identitária, colocando na ordem do dia do debate historiográfico questões sobre gênero, raça, classe trabalhadora, indígenas e grupos periféricos de modo geral. Um elenco de temas que atravessa os mais diversos períodos históricos e temporalidades, repercutindo muitas das demandas contemporâneas pelo passado identificadas no interior do tecido social, para além da universidade e da escola.

Mara Rodrigues e Benito Bisso Smith (2017) analisam essas transformações associando-as às políticas voltadas à formação de professores e seus impactos para as práticas pedagógicas e os modos de ensinar história nas universidades, trazendo como demanda para a área da teoria da história a reflexão sistemática e aprofundada dessas práticas. Ao anunciar a pergunta logo no título do artigo – “O professor universitário de história é um professor? Reflexões sobre a docência de teoria da história e historiografia no ensino superior” – os autores trazem à tona a tarefa pedagógica, por vezes obscurecida, subjacente ao trabalho universitário, chamando a atenção para a necessidade de maior abertura por parte dos docentes em relação às falas dos alunos em confronto com os textos. A indagação sobre as experiências do tempo – tema recorrente de programas curriculares universitários de teoria da história – estaria disposta, portanto, às intervenções críticas dos estudantes, demandando do professor uma postura de escuta incorporada ao conteúdo das aulas.

Na mesma direção, Géssica Guimarães (2021) lança os professores ao risco e ao desafio da aula de história como uma comunidade de escuta, aberta ao confronto de vozes e vivências daqueles que ouvem - e que também querem falar! Para a autora, as experiências de vida e os lugares de fala trazidos pelos alunos ao ambiente da aula não apenas constroem afetos que

ampliam as condições de aprendizagem, como potencializam a reflexão crítica e os conceitos lançados em aula. Afinal, “Como se comportam os docentes quando suas análises teóricas são confrontadas com as vivências daqueles que os ouvem?” (*Ibidem*, p. 375). Os relatos de experiência não devem ser entendidos, nesse sentido, como afronta à autoridade acadêmica e científica, mas sim como espaço de vazão de vozes capazes de ampliar as formas de compreensão da história como uma disciplina que trata das experiências humanas. Assim, qual o lugar da história ensinada na universidade tendo em vista as perguntas e experiências trazidas pelo público que age na experiência da aula?

Se a riqueza do ensino e da aprendizagem da história é atravessada por esse gesto solidário de fala e escuta, por que os relatos de experiência ainda nos constroem? Seria nossa conformação disciplinar um entrave para a plena fruição entre saber acadêmico e experiência de vida? (GUIMARÃES, 2021, p. 375).

Indaga a autora no início de seu artigo, retomando ao final...

Vou inverter a pergunta: se o caráter disciplinar da história ainda tem algo a nos oferecer, será que podemos tensionar os fundamentos da disciplina a partir das experiências e do encontro de vidas concretas que acontece nas salas de aula? Eu realmente espero que sim, porque, ao abrir o texto da aula para as experiências dos oprimidos, não é o interdito que toma lugar de autoridade como um “lugar de cale-se”, mas novas possibilidades de compreender o passado e o presente se apresentam por meio da construção de uma comunidade de escuta. O nosso engajamento ético-político com o passado e o presente pode ser uma brecha para a construção de um futuro de transformações das relações sociais opressivas e promotora de desigualdades (*Ibidem*, p. 394).

As questões propostas por Géssica Guimarães nos parecem decisivas. Entendemos que é nesse espaço de desestabilização que se constrói a aula na qual se admite não apenas maior inclusão, mas uma democratização – no sentido da pluralização de vozes postas e debatidas francamente em público – que se experimenta na prática do ensino e aprendizagem da história. Ressaltamos, nesse sentido, o quanto a constituição de um espaço de maior interlocução com um universo mais amplo e diverso de interlocutores – possibilitado pelas políticas públicas de inclusão – questiona e ressignifica pressupostos analíticos, conceitos e narrativas caros ao campo da teoria e da história da historiografia. O que temos, assim, são perguntas capazes de enriquecer e pluralizar perspectivas teóricas da história, já que a comunidade de autores e leitores da (de certa) aula na interação com os textos traduz novas formas de significar a história. Há um campo amplo de pesquisas e reflexões que precisa ser sedimentado a respeito dessas experiências, e o presente dossiê se insere nessa demanda.

Decerto que o ProfHistória, Mestrado Profissional em Ensino de História, tem se tornado um espaço privilegiado para reflexões sobre as práticas docentes Brasil afora – reunindo 39 instituições de ensino superior em todo o país – promovendo a pesquisa em ensino de história por parte de mestrandos professores da escola básica e experimentos pedagógicos dos mais diversos, impactando escolas, comunidades e, também, a universidade e as formas de pesquisar, ensinar e refletir sobre a história. Em **ProfHistória: formação docente, demandas do presente e novas perspectivas para o ensino de História**, Luciana Rossato & Ana Maria

Monteiro apresentam ao leitor um balanço do Programa, identificando rupturas e continuidades no ensino de história da educação básica a partir do exame dos principais temas de pesquisa desenvolvidos pelos mestrandos em suas dissertações. As autoras identificam os temas preponderantes dos trabalhos finais das turmas de 2014 a 2016, destacando abordagens de pesquisa e objetivos dos autores para, ao final, debater tradições e novidades no âmbito do ensino de história no Brasil. Marcus Leonardo Bomfim Martins & Cinthia Monteiro de Araujo, por sua vez, também partem da experiência do ProfHistória para pensar o lugar do ensino de teoria da história na formação de professores. No artigo intitulado **Que teoria da História para que ensino de História? Uma análise a partir do ProfHistória**, Bomfim e Araujo examinam os programas de curso da disciplina "Teoria da História" – obrigatória na estrutura curricular do curso – lançando uma indagação instigante: afinal, qual perfil tem assumido a "Teoria da História" ensinada para alunos do ProfHistória, considerando os contextos de enunciação docente e os objetivos do programa?

Como conclusão da pesquisa, identificam autores e tradições recorrentes, apontando para a necessidade de "indisciplinar" a teoria, visando ao atendimento do objetivo essencial da disciplina, qual seja, oferecer manancial teórico para que docentes atendam às demandas de identidade/diferença em seus cotidianos escolares.

Por caminhos distintos, Alexandra Dias Ferraz Tedesco & Wagner Geminiano dos Santos historicizam, em seus respectivos artigos, os lugares da universidade enquanto centro de produção e difusão do conhecimento. Em **As vantagens de ser um outsider: uma reflexão sobre a dinâmica do campo intelectual do pós-Guerra a partir de Norbert Elias**, Tedesco analisa o conceito de universidade gerado a partir do contexto da Guerra Fria, quando haveria, segundo a autora, uma zona híbrida de legitimação intelectual capaz de alterar os sentidos públicos atribuídos à condição de *outsider*. Tal mudança nos auxilia a compreender uma das dimensões centrais da crise da universidade no mundo contemporâneo: o crescimento de vozes e instâncias paralelas à universidade que assumem lugares sociais de autoridade sem o reconhecimento e a metodologia acadêmica e científica – os *outsiders*. A autora examina a rede de intelectuais em torno da organização internacional *Mont Pèlerin Society* e em interlocução com as proposições do sociólogo alemão Norbert Elias. Analisando o caso brasileiro, Wagner Geminiano investiga, em **Regime de espacialização da educação pública: projetos de universidade, políticas de educação e saber histórico no Brasil (1964-2020)**, a produção do saber histórico no Brasil com base nas políticas públicas de educação e na criação do Sistema Nacional de Pós-graduação, concentrando a análise no lugar ocupado pela universidade desde a Ditadura Militar até os dias de hoje. Percorrendo a história da universidade no Brasil, o artigo apresenta ao leitor um conceito específico, o de regime de espacialização – definido pelo autor como "um dado modo de organizar e configurar os espaços em um dado momento histórico", "um processo de configuração e refiguração de uma dada espacialidade e suas condições históricas de possibilidade" – para pensar a articulação entre políticas públicas de educação, universidade, Sistema Nacional de Pós-graduação e conhecimento histórico. Desse modo, o

autor articula os projetos de universidade às políticas de educação e caminhos tomados pela história da historiografia brasileira desde 1964.

Em **Os lazaristas do Cosme Velho: política e prática educacional no Rio de Janeiro**, Jefferson de Almeida Pinto relata a perseguição política ao Colégio São Vicente de Paulo, no Rio de Janeiro, durante a Ditadura Militar. Entendido nos termos do Serviço Nacional de Informações como centro de agitação política e difusão do comunismo, o autor constata uma mudança na proposta pedagógica da instituição escolar marcada pela presença do conservadorismo no século XIX e investiga o modo pelo qual essa mudança de orientação político-ideológica foi recebida pela classe média frequentadora daquele espaço. Em **América Latina en los derroteros del pasado reciente: encrucijadas de la teoría y la enseñanza de su historia**, Tomás Elias Zeitler também traz à tona a violência política promovida pela experiência ditatorial na América Latina. Lançando mão do repertório teórico da história intelectual e da psicanálise, o autor utiliza a produção audiovisual como fonte para compreender a memória e o trauma que enforma a relação com o passado autoritário. Em **Pantera Negra e Zumbi dos Palmares: possibilidades de usos fílmicos no ensino de História**, Augusto César Acioly Paz Silva & George Manoel Farias de Melo também utilizam fontes audiovisuais, nesse caso para evidenciar o potencial pedagógico para o ensino de história em sala de aula. Os autores aproximam as trajetórias de um personagem real e outro fictício, ambos explorando a imagem do guerreiro, para pensar a história e cultura afro-brasileira e o ponto de vista dos escravizados.

Podemos dizer que um último bloco de artigos se dedica a problematizar a interface entre teoria e ensino de história tendo em vista os desafios do Brasil no tempo presente. Em interlocução com os pressupostos teóricos de Reinhart Koselleck acerca da teorização do tempo histórico, Luiza Rafaela Bezerra Sarraff, em **A Nova República contada nos livros didáticos de História**, analisa as narrativas sobre a Nova República em livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático de 2018. Francisco Gouvea de Sousa & Guilherme Gomes Moerbeck, em **Cultura digital e competência narrativa nas humanidades: os arquivos como redes e as redes como arquivos no trabalho escolar**, indagam sobre os modos pelos quais o conhecimento histórico se configura nas redes digitais e as possibilidades abertas pelo universo digital para o desenvolvimento de competências narrativas, visando, ao fim e ao cabo, pensar nas possíveis contribuições do mundo digital à organização do letramento histórico. Uma mirada crítica aos usos das redes sociais permite identificar conceitos caros à teoria e ao ensino de história, como narrativa e memória. Segundo os autores: "A questão, então, é chamar atenção em nossas aulas e reflexões sobre como essa mediação nos impacta, sobre como as tecnologias da informação têm transformado, inclusive, a forma como nos percebemos e como contamos nossas histórias".

Em **Sonhos, temporalidades e universidade: experiências para o futuro**, Thamara de Oliveira Rodrigues confronta reflexões teóricas da história que sugerem a redução e a impossibilidade do futuro – entendido como estagnação e ameaça – às experiências de

estudantes de graduação que projetam outras possibilidades de mundo partindo da vivência na universidade. O artigo de Rodrigues evidencia o potencial do ensino-aprendizagem de história e a incorporação das vozes dos estudantes para interpelar conceitos e programas teóricos: partindo da tópica acerca da impossibilidade do futuro própria a teorias da história centradas no que podemos chamar de “presenteísmo”, a abertura ao debate ocorrida na experiência da aula aponta caminhos para reconstrução do real e do sonho, alargando o olhar sobre o presente enquanto espaço de intervenção no mundo.

Daniel Pinha & Marcelo de Mello Rangel, em **Teoria e ensino de história: temporalidade, pós-verdade e democratização** tematizam a relação entre teoria da história e ensino de história a partir dos problemas da temporalidade e de certa compreensão da temporalidade contemporânea, da pós-verdade e do que está sendo chamado de verdade poética, com base em um diálogo direto com três dissertações de mestrado defendidas recentemente no âmbito do ProfHistória, tendo em vista, especialmente, a possibilidade da intensificação de certo processo de democratização da e através da história e do ensino de história.

Somando-se a essas contribuições, a entrevista com o professor **Ilmar Rohloff de Mattos**, autor de um livro clássico no que diz respeito à História do Brasil Império e à História da Historiografia Brasileira – *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial Brasileiro* – e de um artigo seminal para o debate sobre Teoria, História da Historiografia e Ensino de História – “Mas não somente assim!”: autores, leitores, aulas como texto no processo de ensino e aprendizagem da história” – traz à tona parte da sua trajetória, que se confunde com a própria constituição e consolidação da disciplina história e do ensino de história no Brasil, e, especialmente, a importância da experiência para a pesquisa e para a construção da aula. Temos, desse modo, o papel decisivo da relação entre teoria, prática e a experiência que sempre se refere a contextos específicos, a aula como uma tarefa e atividade singular que torna possível, por sua vez, sua dinâmica autoral e compartilhada.

Completando a edição, Miléia Santos Almeida resenha a coletânea de artigos *Das Margens: lugares de rebeldias, saberes e afetos* (EdUFBA, 2022) em **Rebeldias epistêmicas: Descolonizar os feminismos e a história das mulheres a partir das margens**. E, na seção de Traduções, Martín Bergel, professor das Universidades de San Martín e da Universidade de Buenos Aires, dá uma valiosa contribuição para a leitura de um dos principais expoentes e críticos do pensamento social latino-americano, “José Carlos Mariátegui e o fascismo” – “perfil de uma figura que, desde seu lugar em Lima, se propôs a ser, no horizonte de suas preocupações, um intelectual eminentemente global” – artigo traduzido do espanhol por Marisa Montrucchio.

Referências

- ARAUJO, Valdei Lopes de. O direito à história: o(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In. *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.
- GABRIEL, Carmen Teresa. Teoria da História, Didática da História e narrativa: diálogos com Paul Ricoeur. *Revista Brasileira de História (Online)*, v. 32, p. 187-210, 2012.
- GONÇALVES, Marcia de Almeida. *Teorizar aprender e ensinar História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2020.
- GUIMARÃES, Géssica. Disciplina e experiência: construindo uma comunidade de escuta na teoria e no ensino de história. *História da Historiografia*, Ouro Preto (MG), v. 14, n. 36, p. 373-401, 2021.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. "Mas não somente assim!" Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. *Tempo*, Niterói (RJ), v. 11, n. 21, p. 5-16, jun. 2006.
- RANGEL, Marcelo de M.; ARAUJO, Valdei L de. Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia*, Ouro Preto (MG), v. 8, n. 17, 2015.
- RODRIGUES, Mara Cristina; SCHMIDT, Benito. O professor universitário de história é um professor? Reflexões sobre a docência de teoria e metodologia da história e historiografia no ensino superior. *Revista de História da Unisinos*, v. 21, p. 169-178, 2017.
- TURIN, Rodrigo; AVILA, Arthur; NICOLAZZI, Fernando (Orgs.). *A História (in)Disciplinada: Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico*. Vitória: Milfontes, 2019.